

NOTA DE IMPRENSA

Plano e Orçamento da Região para 2025

IL diz que Governo de coligação “não é solução para os problemas”, porque “Governo é o problema”

O Deputado da Iniciativa Liberal (IL) no Parlamento dos Açores, Nuno Barata, afirmou, esta quarta-feira, que o Governo Regional da coligação “não é a solução para os problemas dos Açores”, porque “este Governo é o problema”, acusando a coligação de disparar o endividamento, não conseguir aproveitar os fundos comunitários e de atirar a Região para as barras dos tribunais.

Na declaração final que proferiu, no âmbito do debate em torno das propostas de Plano e Orçamento da Região para 2025, Nuno Barata insistiu que a “gestão da dívida pública tem de ser um desígnio regional” e propôs “um novo modelo de gestão financeira” que “exige um orçamento de base zero e a priorização de investimentos em setores estratégicos que gerem retorno e sejam sustentáveis”.

“Sejamos claros: o nível de endividamento da Região é, de facto, o problema mais grave que os Açores têm entre mãos e o desígnio regional deve ser travar a trajetória de endividamento, mesmo que isso seja feito à custa de cortes no investimento, que deve ser criterioso e não eleitoralista. Não vou aqui esboçar, de novo, os números da desgraça, mas, a título de curiosidade, permitam-me lembrar que os Açores vão pagar em juros, no próximo ano, 11 vezes mais do que o orçamento total da Secretaria Regional das Comunidades e mais do que os orçamentos das Secretarias Regionais do Mar, da Habitação e do Ambiente”, afirmou.

“As nossas receitas já não cobrem as nossas despesas de funcionamento, pelo que o próprio Governo estima ter um défice orçamental de 150 milhões de euros, em 2025. Ou seja, a Região chegará a setembro e terá de ir à banca levantar dinheiro para pagar ordenados da função pública e contas a fornecedores. A Azores Airlines, por teimosia deste Governo em não a privatizar e por via das ingerências inqualificáveis nas opções estratégicas da companhia, continua a queimar 200 euros por cada minuto voado. Enquanto isso, somam-se centenas de milhões de prejuízos, que vamos todos ter de pagar”, denunciou.

Incapacidade em aproveitar fundos europeus

O parlamentar liberal apontou ainda falhas no aproveitamento dos mais de 1000 milhões de euros de fundos comunitários que estão ao dispor da Região: “Cada vez mais dependentes de transferências externas, do apoio de terceiros e de fundos comunitários, a coligação está até a ser incapaz de fazer um bom aproveitamento dos fundos estruturais que tem à sua disposição. Os números, são como o algodão: não enganam! Do Plano de Recuperação e Resiliência, os Açores tinham, este ano, disponíveis mais de 725 milhões de euros; até 30 de setembro passado, a Região executou apenas 32% desse valor (231 milhões)”.

Continuando, Nuno Barata frisou que “do programa comunitário Açores 2030 foram colocadas a concurso investimentos superiores a 337 milhões de euros; até 30 de setembro executaram-se 5,1% e apenas foram pagos 39 mil euros. Se olharmos para a execução financeira do programa

comunitário Mar 2030, temos (até 30 de setembro passado) uma taxa de execução de apenas 10% e se formos verificar o programa da Ação Climática e Sustentabilidade, denominado Sustentável 2030, verificamos que, a 30 de setembro passado, não se verificava ainda registo da execução de operações. Ou seja, Zero”.

Mais crítico relativamente à tutela da agricultura, o Deputado da IL/Açores salientou que “do programa comunitário para o setor agrícola (o PEPAC), até 30 de setembro, a Secretaria Regional do agro-tudo e mais alguma coisa, tinha rececionado mais de 10700 candidaturas de empresários agrícolas. Pasmem-se: de um total de 36 milhões de euros de investimento, num dos principais setores de atividade económica, o agro-Secretário só pagou míseros 15 mil euros! O Secretário do Agromundo rural, do fim dos agro-rateios e agro-milhões, continua a viver no futuro, mas num futuro tão longínquo que lhe impede de cair no agro-real e perceber que existem empresários agrícolas que aguardam respostas da sua agro-secretaria há mais de 2 anos e meio, para que possam finalizar projetos de investimento essenciais ao desenvolvimento das suas empresas em particular e do sector no seu todo”.

Região em Tribunal

Por outro lado, prosseguiu Nuno Barata, “igualmente mau está a ser a posição vexatória em que este Governo da coligação está a colocar a Região. Nos últimos tempos, numa espécie de toque de Midas ao contrário, tudo o que o Governo diz que vai fazer acaba nas barras dos tribunais: A privatização da Azores Airlines, acabou em Tribunal; A construção dos famigerados navios elétricos, acabou em Tribunal; A atribuição de apoios no âmbito do anterior quadro comunitário de apoio, levou o Banco de Fomento a levar a Região a Tribunal, exigindo a devolução de verbas; Até a concessão a privados das Termas do Carapacho, levou a Região a ser condenada pelos Tribunais”. Este Governo de coligação, lamentam os liberais açorianos, “coloca os Açores numa posição profundamente lamentável e obriga os privados a bloquear projetos de investimento que acabam atirados para a longa demora das decisões judiciais”.

Orçamento de base zero

Para o Deputado da IL/Açores, “hoje, enfrentamos uma situação financeira crítica que exige coragem e lucidez”, uma “gestão financeira que desafia não apenas a sustentabilidade das contas públicas, mas também o futuro da nossa Região e as oportunidades para as próximas gerações. A liberdade económica é um pilar do liberalismo, mas liberdade sem responsabilidade é um risco que não podemos continuar a correr”.

Por isso, disse, “mais do que nunca, precisamos de transparência e rigor para construir uma economia sustentável que não dependa exclusivamente de transferências externas e que valorize os recursos locais”, pelo que propôs “um novo modelo de gestão financeira” que “exige um orçamento de base zero e a priorização de investimentos em setores estratégicos que gerem retorno, sejam sustentáveis, e possam assegurar autonomia e crescimento de médio e longo prazo”. Barata lembrou, por fim, que, “a 16 de setembro, no Palácio de Santana, a Iniciativa Liberal sugeriu ao Presidente do Governo Regional a criação e implementação de um plano integrado de redução da despesa corrente na Administração Pública Regional, porque a receita está aquém da despesa. Isto nem sequer é uma questão ideológica; é antes uma responsabilidade intergeracional, pois a gestão da dívida pública tem de ser um desígnio regional, sob pena de se deixar um legado que não vos orgulhará no futuro. Mas nem isso, o Governo Regional foi capaz de trazer com este Orçamento”.

Assim, concluiu: “Perante as evidências só podemos constatar que este Governo não é a solução para os problemas dos Açores e dos Açorianos; este Governo é o problema”.

Açores, 27 de novembro de 2024

Assessoria da Representação Parlamentar Iniciativa Liberal Açores
Pedro Ferreira – 96 23 58 905 – pferreira@alra.pt

